

NOVA E EDUCAÇÃO POPULAR: Pesquisa e Assessoramento em Avaliação

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

I. EDUCAÇÃO: proposições básicas

1. Educação e Sociedade: premissas
2. Educação Popular
 - 2.1. Sua contribuição à sociedade
 - 2.2. Conceituação
 - 2.3. Especificidades
 - 2.3.1. Campo de atuação
 - 2.3.2. Procedimentos específicos
 - 2.3.3. Hipótese de trabalho

II. AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Introdução

1. Processo de Avaliação
2. O NOVA e Processo de Avaliação
 - 2.1. Objetivos do projeto Avaliação
 - 2.2. Assessorias
 - 2.2.1. Proposições Gerais
 - 2.2.2. Procedimentos básicos
 - 2.2.3. Fases
 - 2.3. Observações Finais

INTRODUÇÃO

Este documento representa a sistematização de algumas proposições do NOVA, relativas ao seu campo de trabalho: a pesquisa e a assessoria em educação popular.

Não se trata de posições originais do NOVA. Estas posições manifestam, muito simplesmente, uma tentativa de abordagem da educação popular a partir de uma metodologia que permita situá-la explicá-la enquanto prática inserida no processo social.

Neste sentido, tudo que é explicitado neste documento deve ser entendido como um reforço de busca: busca das condições de eficácia dos programas educativos, em sua contribuição ao desenvolvimento das potencialidades históricas dos grupos sociais a quem se dirigem.

A obtenção de maior clareza quanto a estas condições depende da possibilidade de que aquilo que vai sendo elaborado ao nível mais teórico, não só tenha procedência mas seja também testado na prática, pelos técnicos responsáveis por programas educativos.

Isto requer, por parte do NOVA, uma “pedagogia do assessoramento” que significa a participação desses técnicos locais, na busca de identificar e testar as condições de eficácia social educativa.

Dado que o Projeto Avaliação consiste, atualmente, a atividade central do NOVA, a finalidade imediata do documento é apresentar como o NOVA vem trabalhando em Avaliação, o que remete ao que vem entendendo por educação popular e como vem atuando neste campo através do Projeto Avaliação.

Assim sendo, o documento consta de duas partes:

- . a primeira coloca algumas posições do NOVA a respeito da educação e da contribuição social da educação popular, uma vez que a avaliação refere-se, em nosso caso, a este processo educativo;
- . a segunda situa a avaliação enquanto referida a esse processo, distinguindo dois aspectos: um primeiro dedicado mais à conceitualização do processo de avaliação, um segundo relativo ao seu desenvolvimento no Projeto Avaliação.

Rio, junho de 1975.

I. EDUCAÇÃO – PROPOSIÇÕES BÁSICAS

1. Educação e Sociedade – Premissas

Para se entender o que significa um trabalho em educação, é preciso, inicialmente, considerar:

- a) a relação entre educação e sociedade;
- b) a articulação da educação com os outros setores da sociedade;
- c) a educação como atividade historicamente determinada.

a) A relação educação/sociedade vem se tornando, historicamente, cada vez mais explícita; é crescente e conhecida, sobretudo a partir do fim da segunda Guerra Mundial, a ênfase na função social que a educação desempenha; a ela cabe, em termos gerais, o desenvolvimento das capacidades e potencialidades dos indivíduos ou grupos sociais, visando sua inserção efetiva na sociedade em que vivem.

b) Sendo a educação uma das atividades sociais, apresenta-se articulada com outras atividades; recebe pois, a influência dos outros setores da sociedade (econômico, político, jurídico, etc.), ao mesmo tempo que os influencia, dada a interdependência dos diferentes setores.

c) A educação é resultante de uma estrutura social específica, que define historicamente seu campo de atuação. Por exemplo, são as necessidades da estrutura social em cada tempo e lugar que querem da educação uma ênfase maior no campo do ensino técnico, ou da formação de quadros superiores, ou da educação popular, etc. assim sendo, a educação e sua articulação com os outros setores sociais só podem ser entendidas em um tempo e espaço determinados (históricos); ou seja, quando referidas ao momento do todo (sociedade) do qual resulta e no qual influencia.

Em suma, o importante a enfatizar é que a educação sendo uma atividade social, só pode ser entendida como historicamente determinada: o que significa que sua contribuição social vincula-se ao processo em momento histórico da sociedade na qual atua.

2. Educação Popular ¹

2.1. Sua contribuição social

A educação popular - por ser uma das modalidades da educação - apresenta-se como atividade historicamente determinada. Historicamente, pode-se verificar que ela tem sido destinada às camadas populares; constata-se, também uma ênfase maior à sua contribuição social, quando se trata de “países subdesenvolvidos”.

¹ Educação Popular corresponde à expressão inglesa “Social Education”.

Neste sentido, a contribuição da educação popular nesses países só pode ser entendida enquanto referidas ao processo de desenvolvimento destas sociedades.

Admite-se que desenvolvimento não é idêntico a crescimento econômico ou modernização de setores sociais. Entende-se que desenvolvimento diz respeito a mudanças que envolvem toda a população e todas as esferas (setores) da estrutura social.

Diversos cientistas sociais, sobretudo aqueles de países “subdesenvolvidos”, tem como objetivo constante de estudo os desequilíbrios existentes no nível de participação na sociedade, dos diferentes grupos sociais; esses desequilíbrios são considerados, pelos analistas, como um dos principais obstáculos para um processo de desenvolvimento. Tem-se constatado que nem todos os indivíduos ou grupos participam efetivamente quer da população, quer dos resultados desta produção, quer das decisões da sociedade.

Aceitando o pressuposto de que o desenvolvimento implica na participação dos diferentes grupos sociais, deve-se admitir que a contribuição na educação popular (que, como toda atividade educativa, é multiplicadora) diz respeito à ampliação do nível de participação social no processo de desenvolvimento.

Ressalta-se que, historicamente, a contribuição da educação popular, nos termos acima explicitados, ganha ênfase quando e na medida em que se tem constatado que a participação (entendimento e atuação) da população é decisiva em um processo de desenvolvimento; verifica-se, por exemplo, que programas assistencialistas e paternalistas, que por sua natureza não buscam criar condições para a participação da população, tem apresentado resultado historicamente discutíveis em termos de processo de desenvolvimento de uma sociedade.

2.2. Educação Popular: conceitualização

Por educação popular entende-se o processo que visa a participação social efetiva dos grupos sociais a quem ela se dirige, através do desenvolvimento das suas capacidades e potencialidades históricas.

Por participação social efetiva compreende-se a participação concreta (que implica em entendimento e atuação) desses grupos sociais na criação de suas condições de existência e, conseqüentemente, na criação da própria sociedade em que se inserem.

O processo de desenvolvimento das capacidades e potencialidades dos grupos sociais é entendido, então, como um processo de “aprendizagem da participação”. Ou seja. Como um processo que possibilite a estes grupos:

- o entendimento de suas condições de existência – o que requer o entendimento da organização e funcionamento da sociedade, uma vez que só a partir de todo é possível entender o particular;
- a formação de atitudes e comportamentos que levem a uma participação social efetiva.

Esclareça-se que a educação popular visa a partir da participação possível ao nível das atividades do programa educativo, levar a um envolvimento sempre mais efetivo no processo de desenvolvimento (entendido como processo de transformação das condições de existência social, conforme referido no item 2.1).

2.3. Educação Popular: especificidades

As especificidades da educação popular podem ser consideradas a partir de:

2.3.1 Campo de atuação

A educação popular, que se dirige a grupos sociais específicos, tem um campo de atuação delimitado, ao qual poderíamos chamar de “aprendizagem da participação (entendimento e atuação)”. Esta aprendizagem é feita a partir de oportunidades de participação criadas ou aproveitadas pelos próprios programas educativos.

2.3.2 Procedimentos específicos

A educação popular requer procedimentos que garantam a eficácia do processo de aprendizagem da participação.

Eficácia, de um modo geral, diz respeito à correspondência entre resultados obtidos e resultados esperados.

Eficácia da educação popular, portanto, diz respeito a resultados que impliquem no maior entendimento e atuação dos grupos sociais a quem elas se dirige, com referência ao processo de desenvolvimento de sua sociedade.

Especificar os procedimentos peculiares ao processo educativo é, portanto, encaminhar uma hipótese a respeito das condições de eficácia desse processo. Antes de formalizar esta hipótese, é necessário definir melhor o que estamos entendendo por procedimento específico ao processo educativo.

O processo educativo concretiza-se na relação que se estabelece entre os agentes deste processo.

Admite-se que a eficácia na realização do processo educativo requer uma organização de sua atuação que leve em conta a articulação entre:

- A. os elementos que constituem o processo educativo;
- B. esses elementos e a realidade concreta que condiciona as possibilidades da atuação educativa.

A. Os elementos do processo educativo

Os agentes do processo educativo, ao organizarem sua atenção, devem considerar a articulação entre:

. os objetivos específicos a serem realizados por um determinado programa educativo, e que devem traduzir, de modo concreto, os objetivos da educação popular. Ou seja, os objetivos representam o modo específico como um programa educativo se propõe a concretizar os objetivos da educação popular.

. as atividades que concretizam esses objetivos, e que são as oportunidades de aprendizagem da participação a serem criadas ou aproveitadas pelo programa educativo: cooperativas, comunidades de base, etc.

. as operações didáticas que são os “modos de fazer”, ou seja, o encaminhamento didático do processo de aprendizagem.

Admite-se que quanto mais os agentes do processo educativo, em sua atuação, levarem em conta a articulação entre estes elementos, tanto maior será a possibilidade de aumentar as condições de eficácia do processo educativo.

B. Os aspectos da realidade que condicionam o processo educativo.

Se a educação popular só pode ser entendida como uma atividade inserida no processo social global, os seus agentes devem conhecer e levar em conta os aspectos da realidade que condicionam suas possibilidades de atuação.

O conhecimento destes aspectos requer a utilização de procedimentos metodológicos que permitam identifica-los e apreendê-los em suas relações fundamentais e não apenas aparentes.

B.1. A diversidade dos grupos sociais envolvidos no processo educativo e sua situação específica.

Considerando que a educação popular dirige-se a grupos que estão contribuindo para a produção da sociedade, é necessário considerar os modos diversos desta sua inserção social. Explicitando, é necessário conhecer os setores e ramos da população onde os grupos estão inseridos, bem como as funções que aí exercem.

Admite-se que são estas condições de inserção na sociedade que determina as possibilidades de participação dos diversos grupos sociais quer nas decisões, quer no consumo (bens materiais e imateriais) desta sociedade.

Além disso, é necessário conhecer ainda os níveis de “representação social” dos diversos grupos sociais, ou seja, os modos como estes grupos explicam sua situação e explicam seus interesses sociais.

Admite-se que há uma relação entre esses níveis de representação e a inserção dos indivíduos na sociedade.

Esses aspectos ganham dimensão quando se considera que qualquer processo de aprendizagem que se pretenda eficaz, deve ter como ponto de partida as condições concretas de existência dos grupos sociais.

As atividades educativas não se realizam em um vazio social; antes, insere-se em um processo histórico. É necessário, assim, considerar as possibilidades e tendências da conjuntura local onde atua o programa educativo, enquanto articula com a conjuntura global que a condiciona e é por ela condicionada.

Admite-se que a importância do conhecimento da conjuntura deve-se a que as possibilidades dadas e/ou a serem criadas de participação - objetivo da educação popular – inscreve-se nas possibilidades da própria conjuntura local.

B.3. As características da instituição que organiza e administra o processo de aprendizagem.

Considerando que o processo de aprendizagem supõe uma instituição que o organize e administre, é necessário levar em conta:

- . as características da instituição em termos da atividade principal que a define (cooperativa, pastoral, alfabetização, etc.);
- . os recursos humanos e materiais da instituição;
- . os diferentes modos com os agentes da instituição definem seu papel social (grau de consenso interno da instituição).

Admite-se que as oportunidades de participação a serem aproveitadas ou criadas pela atividade educativa, estão condicionadas pela natureza da atividade principal da instituição, pelos seus recursos humanos e materiais,

bem como pelo grau de consenso interno da instituição quanto ao seu papel social.

Considera-se que o conhecimento dos aspectos da realidade que condicionam as possibilidades da atuação educativa ganha importância na medida em que possibilita:

a) a definição de objetivos pertinentes ao campo de atuação da educação popular. Considera-se que a definição adequada de objetivo é um dos fatores básicos para garantir a eficácia do processo educativo. Objetivos definidos ao nível de “intenções” (que, em si, não consideram as possibilidades concretas das situações sociais), ou objetivos que extrapolam o campo de atuação da educação (dizendo respeito mais diretamente a decisões em outros setores de atividade social), constituem um dos principais obstáculos ao entendimento e eficácia da educação popular;

b) a definição de objetivos, atividades e operações didáticas adequados às condições de existência dos grupos sociais envolvidos no processo educativo, às possibilidades da conjuntura e às características da instituição que administra a atividade educativa;

c) a definição permanente, seja dos objetivos, seja das atividades, seja das operações didáticas, a partir da apreensão da dinâmica da realidade social onde atua a educação. Esta dinâmica importa em mudanças que vão ocorrendo, que ao nível da realidade dos grupos sociais envolvidos no processo educativo, quer ao nível da conjuntura local, que ao nível da instituição responsável pela atividade educativa. São mudanças que devem ser consideradas pelo processo educativo, uma vez que o influenciam e são por eles influenciadas.

2.3.3 Hipótese de trabalho: condições de eficácia do processo educativo.

Admite-se que:

. quanto mais os elementos do processo educativo (objetivos, atividades, operações didáticas) corresponderem às condições de existência dos grupos sociais atingidos, às possibilidades da conjuntura local e às características de instituição que o administra, tanto mais adequada será a articulação entre estes elementos;

. quanto mais adequada for esta articulação, tanto maior será a possibilidade de eficácia do processo de “aprendizagem da participação”.

II AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Introdução

É preciso exemplificar o que representa a avaliação dentro do processo educativo, para que se possa dimensionar sua importância.

Admite-se que a hipótese a respeito das condições de eficácia do processo educativo é testada, em programas de educação popular, através da avaliação.

Considerando que a eficácia da atividade educativa diz respeito à correspondência entre resultados obtidos e resultados esperados (objetivos), admite-se que a avaliação consiste na verificação dessa correspondência.

1. Processo de avaliação

Entretanto, na avaliação é importante distinguir:

a) a avaliação enquanto momento da atividade educativa: momento em que se verifica a correspondência entre resultados obtidos e objetivos. Apresenta-se como condição para a busca permanente do aumento da eficácia do processo educativo;

b) a avaliação enquanto metodologia de análise; procedimentos utilizados para apreender o processo educativo no conjunto de suas articulações; prepara o momento da avaliação, fornecendo elementos que permitam identificar e explicar a correspondência ou defasagem entre resultados e objetivos.

Mais concretamente, enquanto metodologia, a avaliação encaminha a abordagem do processo educativo através das seguintes questões:

1. o que se conhece de realidade onde o programa atua:
 - . das condições de existência dos grupos sociais envolvidos no processo educativo?
 - . das possibilidades da conjuntura local?
 - . das características da instituição que administra o processo educativo?
 - . quais as categorias de análise utilizada para a obtenção deste conhecimento?
2. em que medida os objetivos, as atividades e as operações didáticas foram definidos com base nas condições de existência dos grupos sociais, nas possibilidades da conjuntura local, nas características da instituição que administra o processo?
3. em que medida as atividades e as operações didáticas foram adequadas à operacionalização dos objetivos?

4. quais critérios utilizados para a identificação dos resultados?

. a seleção destes critérios tem correspondência com as categorias de análise que presidiram o conhecimento da realidade onde o programa atua e a articulação dos elementos do processo educativo?

Esclareça-se que essa abordagem do processo educativo deve considerar a dinâmica do programa. Isto é, a prioridade e a ordem as questões acima são diferentes para cada programa educativo, e para cada momento do mesmo programa. Entretanto, a prioridade na abordagem de uns dos aspectos do processo educativo não significa que se perda de vista a articulação entre as questões. A ordem na abordagem dos aspectos pode variar, mas a importância de cada um é dada em função do conjunto de questões.

As respostas a estas questões é que vão orientar a verificação da correspondência entre resultados e objetivos, que se concretiza na avaliação enquanto momento.

Considera-se que a avaliação enquanto metodologia não se apresenta como um corpo de princípios acabados, mas deve ser testada e reajustada permanentemente a partir da sua prática.

Concluindo, o processo de avaliação não se confunde com um conjunto de técnicas, nem se reduz à constatação da correspondência ou defasagem entre resultados obtidos e objetivos; mas inclui a análise do porque dos resultados obtidos, fornecendo subsídios para a redefinição e reajustamento do processo educativo, e permitindo assim novas respostas para novos momentos destes processos.

Em suma, pode-se dizer que a avaliação é sempre um processo (metodologia e momento) que prepara casa novo passo da atividade educativa.

Cada novo passo, por sua vez, representa um teste de eficácia do processo de avaliação, ao verificar-se em que medida estes novos momentos incorporam os resultados de análise obtidos através da avaliação.

2. O NOVA e o processo de avaliação

2.1. Objetivos do projeto avaliação

A perspectiva do NOVA a respeito do processo de avaliação consubstancia-se no Projeto Avaliação; este Projeto realiza-se fundamentalmente através de acessórias e técnicos responsáveis por alguns programas de educação popular, e tem como objetivos:

a) em nível dos técnicos dos programas educativos: possibilitar a aquisição de um instrumental de análise de sua prática, através de um processo de avaliação, visando a aumentar a eficácia do trabalho que realizam;

b) em nível do NOVA: testar, com os técnicos responsáveis pelos programas de educação popular, através de um processo de avaliação, uma hipótese a respeito das condições de eficácia do processo educativo (vide item 2.3.3)

Esclareça-se que:

. o Projeto Avaliação não esgota as atividades do NOVA no que se refere ao processo de avaliação em programas de educação popular;

. a assessoria a técnicos de alguns programas educativos é o ponto a partir do qual se pretende chegar à elaboração de algumas proposições básicas a respeito de avaliação, a serem divulgadas e, possivelmente, utilizadas por outros técnicos que trabalham no campo da educação popular.

2.2. Assessorias

2.2.1. Proposições gerais

A assessoria em avaliação é um trabalho em conjunto com técnicos de programas educativos, que consiste basicamente em:

a) propor hipóteses a respeito do processo educativo, e uma metodologia de avaliação;

b) verificar a correspondência ou defasagem entre resultados e objetivos;

c) verificar, através da metodologia de avaliação já referida, o modo com os técnicos do programa analisaram e articularam os diferentes elementos do processo educativo;

d) encaminhar alternativas de análise, propondo e testando novas categorias consideradas mais adequadas ao conhecimento e articulação dos elementos que constituem o processo educativo.

Dado que o conhecimento dos aspectos que constituem e/ou interferem no processo educativo não é um conhecimento obtido apenas em pesquisa de gabinete, por mais elaborado que seja o suporte teórico dos pesquisadores; dado, por outro lado, que a percepção apenas empírica destes aspectos é insuficiente, por falta de um referência teórica que permita articulá-los e explicá-los, a assessoria em avaliação consiste em um engajamento, junto com os técnicos locais, onde possam encontrar-se observações empíricas e subsídios teóricos, para desse encontro resultar referências sólidas para análise e reorientação da prática educativa.

Estas referências, portanto, não são um a-priori cristalizado; elas vão sendo reconstruídas no próprio decorrer das assessorias que utilizam, para isso, determinados procedimentos.

2.2.2. Procedimentos básicos

As assessorias incorporam determinados procedimentos que se vinculam àqueles apresentados no item 2.3.2 (que, por sua vez, remete às considerações sobre “avaliação enquanto metodologia”).

Explicita-se abaixo alguns dos procedimentos que vem sendo utilizados:

I. Basear-se no conhecimento da realidade de cada programa educativo, o que vem requerendo por parte do NOVA:

- a) a atualização constante do estudo de conjuntura local/global;
- b) a atualização constante das informações quanto a cada programa educativa e quanto à instituição que o administra; isto é conseguido através de documentação produzida no próprio programa, e de contatos diretos com técnicos e/ou responsáveis da instituição.

II. Considerar, como referência fundamental das assessorias, a realidade dos técnicos do programa educativo:

- a) seus interesses e necessidades quanto ao trabalho educativo que realizam;
- b) seu nível de representação social, sobretudo o modo como explicam a relação entre seu trabalho educativo e a sociedade.

Para tanto, o NOVA tem adotado os seguintes procedimentos:

- a) a primeira assessoria e cada programa tem como uma de suas finalidades básicas apreender o nível de representação social dos técnicos locais, bem como seus interesses e necessidades quanto ao trabalho educativo. Ou seja, a primeira assessoria tenta apreender o modo como os técnicos locais articulam, em seu trabalho, objetivos, atividades, conjuntura local, características dos grupos sociais envolvidos no processo educativo etc.;
- b) os assuntos das assessorias seguintes (de cada uma delas) são propostos pelos próprios técnicos dos programas educativos. A experiência tem revelado que a época mais oportuna para esta proposta é a que antecede imediatamente cada assessoria, para que os assuntos sugeridos pelos técnicos correspondam, efetivamente, àquilo que está sendo vivido como problema naquele momento e não por ocasião da assessoria anterior. Isto porque no intervalo de uma assessoria à outra, ocorrem mudanças seja ao nível da instituição e/ou da conjuntura local, seja ao nível de prática dos próprios técnicos dos programas educativos, na medida em que esta prática incorpora quer estas mudanças, quer as aquisições das assessorias anteriores.

c) Elaborar roteiros didáticos para cada assessoria, ordenando os aspectos acima tratados (A e B) conforme a metodologia de avaliação.

Estes roteiros didáticos sistematizam o conteúdo a ser tratado em cada assessoria, e neles pode-se identificar:

a) A relação entre global e particular:

A prioridade no tratamento de um aspecto do processo educativo corresponde ao que foi sugerido, pelos técnicos do programa, em sua proposta para a assessoria; a abordagem deste aspecto contudo, sempre leva em conta a articulação de todos os aspectos do processo educativo, ou seja, a globalidade de relações que a metodologia de avaliação se propõe a apreender. Em outras palavras, referir-se à globalidade, mesmo quando se trata de um particular, e situar sempre o particular em uma globalidade.

b) A relação entre teoria e prática: O encaminhamento didático da assessoria procura garantir a possibilidade de relacionar sempre o que vai sendo explicitado como problema ou como aspecto da prática educativa, com elementos teóricos que ajudem a melhor explicá-los e situá-los. Assim sendo, à análise de cada aspecto do processo educativo, correspondem determinados elementos teóricos considerados os mais adequados para sua compreensão. Por exemplo: se o aspecto que está sendo tratado numa assessoria diz respeito ao melhor conhecimento dos grupos sociais envolvidos no programa educativo, prevê-se a utilização de categorias teóricas que expliquem: a estrutura de produção da sociedade, a divisão social do trabalho, as relações entre os agentes da produção, etc.

Em síntese, a organização das operações didáticas em cada roteiro visa a permitir:

a) explicitação dos aspectos da prática educativa que são objetos do interesse dos técnicos locais naquela assessoria;

b) introdução de hipóteses explicativas “do que” e do “porque” destes aspectos, tanto naquilo que lhes é específico, como na sua articulação com os demais aspectos do processo educativo.

c) verificação da adequação destas hipóteses explicativas aos aspectos que estão sendo analisados.

III. A integração das aquisições anteriores:

Cada assessoria retoma, das assessorias anteriores, o que os técnicos dos programas já foram capazes de utilizar como instrumental seja para o maior esclarecimento de um aspecto determinado de sua prática, seja para a articulação entre os diversos aspectos desta prática.

Para garantir, em cada assessoria, a integração das aquisições anteriores, o NOVA adota, basicamente, os seguintes procedimentos:

- a) registro em relatórios de todas as operações didáticas realizadas na assessoria;
- b) registro de avaliação da assessoria, realizada com os técnicos do programa educativo assessorado. Esta avaliação tem sido útil para a integração das aquisições de cada assessoria nas assessorias seguintes, por fornecer informações que dizem respeito a: resultados esperados e resultados obtidos naquela assessoria; utilidade destes resultados para os técnicos, em sua prática educativa;
- c) presença, nas assessorias a cada programa educativo, de um técnico do NOVA que tenha participado da assessoria anterior. (Para garantir maior objetividade do trabalho, as assessorias são sempre realizadas por dois técnicos do NOVA, com rodízio, na assessoria seguinte, de um deles);
- d) os roteiros didáticos apresentam ainda as seguintes características, sempre com a finalidade de atender aos procedimentos mencionados nos itens I e II acima:

- flexibilidade: os roteiros consistem numa previsão do encaminhamento didático da assessoria. Visando sua maior eficácia, prevê-se que possam ser modificados ou reajustados, na ocasião da assessoria, em função das necessidades que os técnicos locais apontem como prioritárias;

- adequação: à problemática atual do programa educativo, isto é, cada roteiro é elaborado em função da especificidade de cada programa e ao nível atual de capacitação do técnicos locais em relação às questões do trabalho educativo. Isto condiciona o ritmo na abordagem de questões mais complexas e na utilização de uma linguagem técnica mais elaborada.

2.2.3 Fases

Para melhor entendimento do Projeto Avaliação em processo num determinado programa educativo, vale lançar mão de um gráfico que tenta identificar, neste processo², as suas fases mais definidas:

Fase 1: Preparação da assessoria.

Fase 2: Assessoria – processo de trabalho comum entre o NOVA e os técnicos do programa educativo.

Fase 3: Momento da avaliação da assessoria: pelo NOVA e pelos técnicos do programa educativo.

² Para facilitar o entendimento do Projeto Avaliação em relação ao processo de avaliação, deve-se distinguir:

- . o caráter permanente do processo de avaliação: processo integrante do processo educativo como uma das suas condições de eficácia, a ser assumido pelos técnicos dos programas educativos na medida em que adquirem um instrumental de avaliação;

- . o caráter sistemático das assessorias em avaliação: enquanto elas se propõem a facilitar a aquisição deste instrumental através de um programa de trabalho em conjunto com os técnicos locais, a ser cumprido em um período de tempo adequado aos objetivos do Projeto Avaliação.

Fase 4: Recuperação e sistematização das fases anteriores, e encaminhamento do processo em função da assessoria seguinte.

Para que fique ainda mais claro:

- . as fases 1 e 4 se passam ao nível do NOVA, na sede do NOVA;
- . as fases 2 e 3 se passam ao nível do encontro entre os técnicos do NOVA e os técnicos do programa educativo, por ocasião da assessoria, na sede do programa;
- . a fase 4 remete a uma nova fase 1, dando continuidade ao processo educativo.

2.3. Observações finais

A) A que se propõe o Projeto Avaliação junto a técnicos responsáveis por alguns programas educativos:

Na medida em que a avaliação é tomada como um meio de testar, permanentemente, a eficácia dos programas de educação popular, a realização do Projeto Avaliação através de assessorias sistemáticas a técnicos de alguns destes programas tem como finalidade:

- a) integrar estes técnicos na elaboração de uma metodologia de avaliação que se revela adequada à função da avaliação que se revela adequada à função da avaliação nestes programas, qual seja: testar a eficácia do processo educativo que realizam;
- b) garantir que esta metodologia de avaliação, longe de ser uma elaboração de gabinete, seja o resultado de uma prática refletida em avaliação. Isto só poderia ser conseguido na medida em que esta prática se realizasse junto a programas de educação popular (objetivo avaliação).

Assim sendo, o que se busca com o Projeto Avaliação, não é avaliar “de fora” programas de educação popular, e sim ajudar os técnicos destes programas a elaborar e utilizar um instrumental de avaliação adequado ao trabalho educativo.

Neste sentido, o Projeto Avaliação tem também caráter de pesquisa. Os resultados desta pesquisa tornar-se-ão multiplicadores na medida em que puderem ser divulgados e utilizados por outros técnicos trabalhando no campo da educação popular.

B) O que se verifica em relação aos técnicos responsáveis por estes programas educativos:

Historicamente, têm sido insuficientes e deficientes as oportunidades que os técnicos locais encontram, para sua melhor capacitação nas questões da educação popular. Em geral, seu nível de entendimento e atuação relativo a estas questões revela:

a) a ausência de categorias de análise que possibilitem o conhecimento menos empírico de realidade onde o programa atua: notadamente, das condições de existência dos grupos sociais envolvidos no trabalho educativo, da conjuntura local e das características e possibilidades, nesta conjuntura, da instituição que administra o programa educativo;

b) a inexistência de critérios de articulação dos elementos do processo educativo (objetivos, atividades, operações didáticas);

c) a inexistência de critérios de articulação entre estes elementos e a realidade onde o programa atua. Em consequência, o que se verifica é uma dificuldade, por parte dos técnicos locais, em definir objetivos concretos para seu trabalho, dentro do campo de atuação de educação popular.

C) O que se realiza atualmente junto aos técnicos responsáveis por estes programas educativos:

Com base no princípio pedagógico que afirma a necessidade de se partir sempre da realidade dos técnicos locais, o encaminhamento das assessorias em cada programa educativo toma como referência fundamental, o nível de capacitação de seus técnicos.

Neste sentido, a concretização da metodologia de avaliação em cada programa tem implicado na proposta e utilização de categorias de análise que possibilitem:

a) conhecer a realidade onde o programa educativo atua;

b) articular, com base nesta realidade, os elementos do processo educativo.

Em outras palavras, no momento trata-se de ajudar os técnicos locais a organizarem sua atividade educativa – e, portanto, a definirem objetivos (resultados esperados) consistentes.

D) O que se prevê como prosseguimento do Projeto Avaliação junto aos técnicos responsáveis por estes programas educativos:

Avaliação junto aos técnicos responsáveis por estes programas educativos:

Supõe que somente a partir da definição de objetivos concretos para o trabalho educativo (resultados esperado em cada programa), é que se poderá definir critérios de identificação dos resultados obtidos; ou seja, dos resultados ao nível da participação, no processo de desenvolvimento, dos grupos sociais envolvidos no programa educativo (em cada programa).

O que se quer dizer é que a avaliação da maior ou menor eficácia social do programa educativo repousa, antes de tudo, na possibilidade de que ele organize sua atuação educativa (vide item 3 acima).

E) O que é possível avaliar atualmente:

Em cada programa educativo, as assessorias são passos do Projeto Avaliação. Comparando estes passos em cada programa, este Projeto é avaliado na medida em que se apreende o avanço dos técnicos locais em termos de maior capacitação para a realização de um trabalho educativo.

Concretamente, de assessoria para assessoria, o que é possível avaliar atualmente é:

a) a apreensão e utilização, pelos técnicos de cada programa educativo, das categorias de análise que vão sendo propostas para a melhor organização da atuação educativa. Estes resultados evidenciam-se na forma como os técnicos locais explicam e propõem soluções para os problemas de sua prática educativa:

b) as modificações que estes técnicos, pouco a pouco, vão introduzindo em seu trabalho, por decorrência das assessorias.